

## Prisão para maus-tratos a animais pode ser mais rigorosa



Deputado Ricardo Izar (SP)

A pena para quem for condenado por maus-tratos a animais pode aumentar para até seis anos e meio de reclusão. A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) aprovou, na quarta-feira (16), os Projetos de Lei 3.141 e 3.142/12, de autoria do deputado **Ricardo Izar (SP)**, que aumentam a pena e tipificam como agravantes os casos que resultem

em morte ou envolvam zoofilia. As propostas estão apensadas ao PL 7.199/10, do ex-deputado **Roberto Santiago (SP)**.

Atualmente, a pena é de três meses a um ano de detenção. Izar explicou que, além de aumentar o tempo, a medida também modifica o regime de detenção para reclusão, o que implica no cumprimento da sentença em sistema fechado. “Isso quer dizer que a punição vai efetivamente acontecer para quem maltratar ou matar um animal.”

Conforme os textos aprovados, praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, resultará em reclusão de um a cinco anos e multa. A pena será aumentada de um sexto a um terço em caso de morte do animal ou prática de zoofilia.

O projeto segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

**CPI** - A Comissão Parlamentar de Inquérito que trata dos maus-tratos a animais recebeu, na quinta-feira (17), o prefeito do município de Santa Cruz do Arari (PA), José Beltrão Pamplona, acusado de mandar caçar e matar os cães e cadelas da cidade.

Pamplona apresentou *habeas corpus*, fez apenas afirmações gerais e não respondeu as perguntas dos parlamentares. Ele reconheceu que fez a captura dos cachorros, mas negou ter ordenado a matança dos animais. “Os bichos foram levados para a zona rural do município, já que estavam causando a proliferação de doenças na cidade.”

Izar, presidente do colegiado, afirmou que apesar do silêncio de Pamplona, “os fatos relatados e as testemunhas já ouvidas mostram que a iniciativa de mandar matar os animais partiu do prefeito. Por isso, tudo leva a crer que faremos indicação para o seu indiciamento.”



## Veículos do Judiciário poderão ter placas especiais

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) aprovou, na quarta-feira (16), relatório do deputado **Sergio Zveiter (RJ)**, vice-líder do PSD, ao Projeto de Lei 4.984/13.

A proposta prevê a colocação temporária de placas especiais em veículos do Poder Judiciário para impedir a identificação de juízes e promotores envolvidos em casos considerados de risco pessoal. A legislação atual garante apenas a magistrados da área criminal o direito de usar veículos descaracterizados.

De acordo com o projeto, a medida terá caráter temporário e precisaria passar pelo crivo da corre-

gedoria dos tribunais. Além disso, a decisão deverá ser comunicada aos órgãos de trânsito.

Para Zveiter, esta é uma forma de preservar a identidade dos magistrados e evitar retaliações de grupos criminosos que, diante de um revés no tribunal, chegam a cometer atentados contra a vida dos responsáveis pelo processo.

“Isso vai beneficiar um promotor que tenha denunciado uma quadrilha de tráfico de drogas, um juiz que esteja decidindo uma causa relativa ao tráfico de armas, além de proteger e garantir a própria investigação e o julgamento”, afirmou o parlamentar.



Deputado Sergio Zveiter (RJ)

Terminado o prazo de recurso, a matéria, que tramita em caráter conclusivo, segue para a apreciação do Senado.



## Parecer de Fábio Faria rejeita plebiscito sobre horário de verão

Em defesa do setor elétrico, o deputado **Fábio Faria (RN)** apresentou parecer pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo 541/11, que prevê realização de plebiscito para decidir pela adoção, ou não, do horário de verão em todo o território nacional. O relatório de Faria foi aprovado, na quarta-feira (16), pela Comissão de Minas e Energia (CME).

“Embora a consulta popular seja de grande relevância, o horário de verão não pode ser proibido, pois agrega essenciais benefícios ao sistema elétrico brasileiro. Essa sistemática é fundamental para garantir a confiabilidade do setor, evitando apagões



Deputado Fábio Faria (RN)

que poderiam causar enormes transtornos à população e significativos prejuízos à nossa economia.”

Baseado em dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Faria ponderou que, “a adoção do horário de verão permite, entre outras medidas, propiciar menor despacho de usinas termelétricas, o que evita despesas com combustível e emissões de gases de efeito estufa”.

Atualmente o horário de verão é aplicado nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e na Bahia. As outras regiões não adotam o sistema porque já dispõem de fuso-horário naturalmente diferenciado.

A proposta segue para análise da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI).

## Proposta de Herculano Passos incentiva produção individual de energia renovável



Deputado Herculano Passos (SP)

A intensidade de radiação solar recebida no Brasil chega a ser quatro vezes superior à disponível nos países que mais aproveitam este tipo de fonte energética. A Alemanha é a campeã na captação de energia solar. Enquanto isso, o Brasil ainda engatinha nesta atividade.

O baixo aproveitamento desse potencial se dá principalmente por dois motivos. Primeiro, pelo custo

dos equipamentos, muitos deles importados. Segundo, pela inexistência de uma política de concessão de crédito aos consumidores. Para tentar derrubar estes entraves, o deputado **Herculano Passos (SP)**, vice-líder do PSD, apresentou o Projeto de Lei 2.923/15, que institui o Programa de Incentivo à Geração Distribuída Renovável (PGDIS).

O programa tem o objetivo de incentivar a implantação de sistemas de geração, distribuída a partir de fontes renováveis, nas unidades consumidoras de energia elétrica. Ele oferecerá incentivos tributários e de crédito para aquisição dos equipamentos. As células fotovoltaicas, inclusive quando montadas em módulos ou painéis, serão isentas do imposto de importação, enquanto não existir produto similar de fabricação no Brasil. “Atualmente, esses componentes são importados e o valor dos impostos sobre eles é tão alto que acaba de-

sencorajando o cidadão comum, que pensa em instalá-los para produzir a própria energia”, lamenta Herculano.

O projeto do parlamentar também prevê financiamento especial para quem quiser fazer esse tipo de investimento. “A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) proverá recursos para financiar a compra e instalação de sistemas de micro e minigeração distribuída de energia a partir de fontes renováveis, como a energia solar”, explica o deputado, acrescentando que os financiamentos deverão abranger, pelo menos, 80% do custo dos sistemas. Prevê ainda que os juros anuais desses financiamentos corresponderão à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

“Acredito que as medidas desse projeto beneficiarão os consumidores brasileiros e contribuirão para aumentar significativamente a sustentabilidade energética do país”, defendeu Passos.\*



### EXPEDIENTE

**PSD - Partido Social Democrático**

**Líder do PSD:** Rogério Rosso (DF)

**Chefe de Gabinete:** Fábio Almeida

**Editora-Chefe:** Danielle Arouche

**Redatora:** Raquel Sacheto

**Diagramação:** Jorge Ribeiro

**Revisão:** Rogério Oliveira

**Fotografia:** Heleno Rezende e Cláudio Araújo

**Reportagens:** Bruna Marques, Carola Ribeiro, Demétrius Crispim, Diane Lourenço e Renan Bortoletto  
Liderança do PSD na Câmara dos Deputados - Anexo II  
Assessoria de Imprensa - Sala 150B - Fone: 3215-9073

@psdcamara

PSD Câmara



\* Com informações da Assessoria de Imprensa